

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023.

Nome do manifestante: Cristiano Pinto dos Santos

EMENTA: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO. PEDIDO DEFERIDO PARA ENCAMINHAR AO REQUERENTE O EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2021, O CONTRATO Nº 080/2021 E OS TERMOS ADITIVO E DE APOSTILAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS.

Prezado Sr. Cristiano Pinto dos Santos,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

“Venho através do presente, fundamentado na Lei de Acesso à Informação, solicitar o Parecer, Julgado, Orientação, enunciado ou outro instrumento que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do RJ, recomendou ao Prefeito ou a Prefeitura de Teresópolis em realizar o cadastro imobiliário, nas palavras do Sr. Prefeito, denominado "famoso GEO". Além disso, solicito, caso o TCERJ tenha acesso, o contrato firmado entre à Prefeitura de Teresópolis e a empresa GEO Pixel, bem como a forma de Licitação e o edital publicado

para a prestação do serviço. Desde já agradeço a atenção e fico no aguardo das informações.”

Submetido o pedido de acesso à informação ao setor especializado, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foi apresentada a seguinte resposta:

“Com relação ao respectivo objeto, em pesquisa realizada no Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP, identificamos 2 (dois) registros, ambos com tratamento sigiloso, quais sejam:

- nº 218.983-3/15: Relatório de Auditoria Governamental Ordinária da Receita na Prefeitura Municipal de Teresópolis (Plano de Fiscalização Nº 165/15, Modalidade Inspeção, Tema: Organização e Funcionamento do Controle do IPTU e do ITBI).

- nº 225.334-0/2020: Relatório de Auditoria Governamental de Monitoramento realizada na Prefeitura Municipal de Teresópolis com vistas a monitorar o cumprimento do plano de ação apresentado pelo município em decorrência da auditoria de 2015 sobre a gestão do IPTU e ITBI.

Em ambos os processos se ressaltou a importância de atualização do Cadastro Imobiliário Municipal viabilizando uma melhor base para a revisão da Planta Genérica de Valores – PGV de modo a que a administração municipal possa determinar adequadamente o valor venal dos imóveis, conforme menção específica feita, respectivamente, no item

1.1.1.2 – Lançamento do Processo TCE-RJ nº 218.983-3/15 e item 2.3 – Lançamento do Processo TCE-RJ nº 225.334-0/2020.

Durante os trabalhos da auditoria de monitoramento, constou do relatório (item 4.1.1 do Processo TCE-RJ nº 225.334-0/2020) menção à resposta apresentada pela Prefeitura Municipal de Teresópolis quanto ao início dos procedimentos licitatórios objetivando à contratação de empresa para proceder à revisão da PGV municipal.

Verificamos, no Portal BI/Painel Contratos, registro de contrato pactuado entre a Prefeitura Municipal de Teresópolis e o Consórcio Imperatriz: GEO PIXEL GEOTECNOLOGIAS CONSULTORIA E SERVIÇO LTDA. E AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS (CNPJ nº 09.290.603/0001-40) sob o nº SIGFIS 349367, decorrente da Concorrência Pública nº 002/2021 (Processo Administrativo nº 11.414/2021)

Adicionalmente, em busca efetuada no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Teresópolis (<https://teresopolis.eloweb.net/portaltransparencia/contratos>), para o ano 2021, identificamos lançamento do respectivo contrato sob as numerações 80/2021 e 80112021/2021, tendo por favorecida a Empresa GEO PIXEL GEOTECNOLOGIAS CONSULTORIA E SERVIÇO LTDA, sem contudo haver disponibilização do ato para consulta, somente do edital da licitação por Concorrência Pública nº 002/2021 (<https://licitacao.teresopolis.rj.gov.br/?s=002%2F2021>), o que

demonstra transparência ativa parcial por parte da Municipalidade.

Atualmente, os editais de licitação têm sua fiscalização regulamentada pela Deliberação TCE-RJ nº 312/2020, a qual estabelece que todos os dados relativos aos certames, bem como aos atos deles oriundos, deverão ser encaminhados via Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS, estando sujeitos aos critérios de seletividade pertinentes para constituição de processos.

Nesse diapasão, foram encaminhados pela Prefeitura Municipal de Teresópolis arquivos contendo o Edital de Concorrência Pública nº 02/2021, o Contrato nº 080/2021 e os Termos Aditivo e de Apostilamento, os quais disponibilizamos, nesta oportunidade, com base no caput do artigo 4º da Resolução TCE-RJ nº 275/2013.

Cabe esclarecer que os processos deste Tribunal podem ser consultados no portal eletrônico do TCE-RJ (www.tcerj.tc.br), sendo que os sigilosos podem ter restrição total ou parcial de visualização, aplicando-se a segunda opção aos processos de interesse nesta manifestação.

Adicionalmente, alertamos que os arquivos com extensão TCERJ são arquivo ZIP assinados. Para extrair o arquivo ZIP original utilize o aplicativo Assinador Digital do TCE-RJ, disponível no Portal deste Tribunal, menu “GESTORES”, opção ASSINADOR TCE-RJ.”

Informamos que pedido de acesso à informação, elogios, dúvidas e reclamações devem ser encaminhadas **PREFERENCIALMENTE NA PÁGINA DA OUVIDORIA DO TCE-RJ**, por meio do formulário a ser preenchido, através do seguinte link: <https://tcerj.ond.com.br/ouvidoria/externo/cadastro.do>

Tratando-se de Pedido de acesso à informação dentro do formulário selecione o **CANAL** “Lei de Acesso à Informação”. Além disso, havendo o indeferimento do pedido, haverá a possibilidade de recurso nos termos do artigo 13, da Resolução nº 275/13.

Por fim, sugerimos que seja consultada a página da Ouvidoria do TCE-RJ na internet, objetivando acessar os livros digitais e Guia da Ouvidoria, para que se possa conhecer melhor o assunto.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro agradece o seu contato.

Atenciosamente,
Ouvidoria do TCE-RJ